

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII - Nº 1.335 - BRÁSILIA, QUINTA-FEIRA, 9 DE AGOSTO DE 2001



A Comissão de Justiça aprovou a proposta sem modificação para evitar seu retorno à Câmara

Aprovada na CCJ, restrição a MPs vai para o Plenário

A proposta de emenda constitucional que limita a edição de medidas provisórias começa a tramitar hoje, em primeiro turno, no Plenário do Senado. Ontem, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou parecer do senador Osmar Dias acatando a PEC da forma como veio da Câmara dos Deputados.

PÁGINA 5

Os hospitais universitários deverão manter o número de leitos para os pacientes não-pagantes, segundo a proposta aprovada pelo Senado



Hospitais universitários podem ter nova fonte de renda

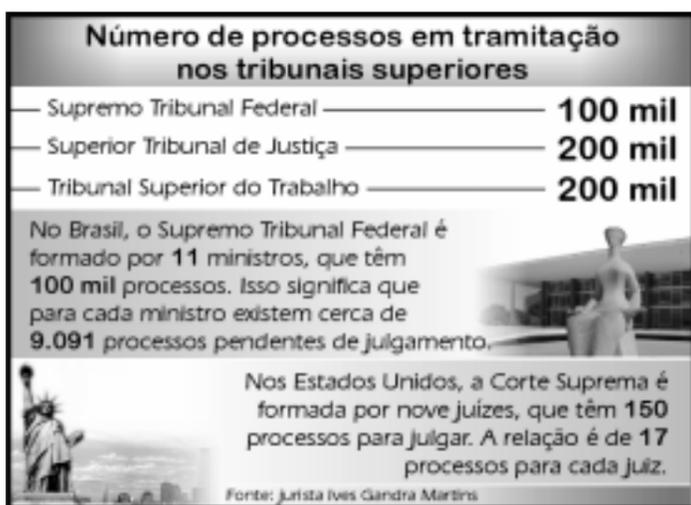
O Plenário aprovou ontem projeto do senador Lúcio Alcântara permitindo que o atendimento a pacientes cobertos por planos de saúde seja cobrado pelos hospitais universitários. Segundo a proposta, até 25% dos leitos podem ter essa destinação, e os recursos devem ser integralmente utilizados na manutenção e recuperação do próprio hospital universitário. O projeto será votado em turno suplementar pelos senadores antes de seguir para a apreciação da Câmara dos Deputados.

PÁGINA 4

Ministros debatem na CCJ reforma do Judiciário

A Comissão de Constituição e Justiça reuniu ontem os presidentes do STF, Marco Aurélio Mello, e do STJ, Paulo Costa Leite, além do jurista Ives Gandra Martins, para discutir a PEC que reforma o Judiciário.

PÁGINAS 6 E 7



Lobão encaminha documentos de Jader ao Conselho de Ética

Documentos que abordam os casos Sudam, Fazenda Paraíso e Banpará foram apresentados pelo presidente licenciado do Senado na terça-feira à noite.

PÁGINA 3

Jader: documentos para conhecimento do Senado



Tuma anuncia roteiro de investigação de denúncias envolvendo Jader Barbalho

Integrantes da comissão do Conselho de Ética viajam hoje para Manaus, onde deverão acompanhar depoimentos na Polícia Federal sobre gravação telefônica que comprometeria o senador paraense



João Alberto Souza confirmou que participará de diligências na capital do Amazonas

João Alberto afirma que não deixará comissão

O senador João Alberto Souza (PMDB-MA) declarou ontem que, atendendo a apelos do líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), desistiu de se afastar da comissão do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que investiga denúncias contra o presidente licenciado do Senado, Jader Barbalho. Para João Alberto, a imprensa elegeu o senador pelo Pará como "a bola da vez" e, por isso, a situação de Jader é "muito difícil".

— Está todo mundo em cima do Jader. Quando a imprensa dá em cima e o cidadão vai para o foco, ele passa a ser a bola da vez — afirmou João Alberto, esclarecendo que, se as investigações atrapalharem seus compromissos políticos no Maranhão, deixará a comissão.

João Alberto afirmou que participará, juntamente com os senadores Jefferson Péres (PDT-AM) e Romeu Tuma (PFL-SP), das diligências da comissão.

— Eu não queria estar na pele dele (*de Jader*). Nessa situação, a cada declaração que ele rebate, aparece outra — declarou João Alberto.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) divulgou ontem o roteiro das investigações a serem realizadas em Manaus pela comissão especial criada pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para apuração prévia das denúncias envolvendo o presidente licenciado do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), em irregularidades no Banpará e na extinta Sudam. Ao lado dos senadores Jefferson Péres (PDT-AM) e João Alberto Souza (PMDB-MA), integrantes da comissão, Tuma vai acompanhar os depoimentos à Polícia Federal de quatro pessoas citadas na gravação de um telefonema que envolveria Jader na cobrança de US\$ 5 milhões para liberar financiamento da Sudam.

De acordo com Romeu Tuma, os senadores viajam para Manaus hoje à tarde, mas os depoimentos só se-



Romeu Tuma (E) e Jefferson Péres compõem a comissão especial, juntamente com João Alberto

rão tomados na sexta-feira e no sábado. No dia 10, às 9h, será ouvido Nivaldo Marinho, autor da gravação e ex-assessor do deputado estadual Mário Frota (PDT-AM), que teria intermediado o negócio, em nome de Jader, junto ao empresário David Benayon. Mário Frota deverá depor à PF às 11h, enquanto Benayon, beneficiário de um financiamento de US\$ 40 milhões para produção de artefatos de borracha na Zona Franca de Manaus, será ouvido às 15h. A esposa do empresá-

Acolhido pedido de informações sobre Banpará

O Plenário aprovou ontem requerimento do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) solicitando que o Banco Central envie ao Senado todas as informações relativas ao caso Banpará. O exame dos documentos, segundo os líderes, permitirá o esclarecimento definitivo sobre o suposto envolvimento do presidente licenciado do Senado, Jader Barbalho, no desvio de recursos do Banpará, quando ele era governador do estado.

O requerimento havia sido aprovado pela manhã, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), mediante parecer do senador Bello Parga (PFL-MA), com solicitação de Dutra para que

houvesse dispensa de interstício (prazos para votação). Assim, a matéria pode ser votada à tarde pelo Plenário.

O senador Bello Parga afirmou, na comissão, que o direito ao sigilo bancário cai quando há interesse público, social ou da Justiça. O requerimento foi apresentado por Dutra em 5 de março, e abrange todos os relatórios a respeito de irregularidades ocorridas no Banco do Estado do Pará de 1984 a 1987. Em reunião realizada durante o recesso parlamen-



rio prestará depoimento na manhã de sábado.

Convocado pela comissão especial, o perito em fonética da Unicamp Ricardo Molina também deve acompanhar os depoimentos em Manaus e fazer a perícia na gravação sobre a cobrança de propina para liberação de financiamento da autarquia.

— Como ele já fez o trabalho sobre a autenticidade da fita e digitalizou a conversa a pedido da revista *IstoÉ*, queremos que identifique as vozes na fita, visto que o deputado alega que a voz não é dele — explicou Tuma.

Caso Mário Frota volte atrás e confirme a autenticidade de sua voz no telefonema gravado, Tuma admite que os trabalhos investigativos da comissão poderão ser considerados concluídos. "Com isso, só precisaríamos fazer o relatório", disse.



Requerimento aprovado pelo Plenário é de iniciativa de José Eduardo Dutra

tar, os líderes partidários haviam decidido recomendar a aprovação do requerimento.

Os senadores Bernardo Cabral (PFL-AM) e Romeu Tuma (PFL-SP) defenderam a aprovação do requerimento como forma de permitir o esclarecimento dos fatos mais rapidamente.

Presidente da CCJ, Bernardo Cabral afirmou que a aprovação do requerimento de Dutra forma jurisprudência na comissão, e orientará as votações a partir de agora.

AGENDA

QUINTA-FEIRA, 9 DE AGOSTO DE 2001

Presidente
Senador Edison Lobão (interino)

10h30 — Recebe Tarso Genro, prefeito de Porto Alegre
12h30 — Almoço de abertura da III Assembleia Geral da Conferência Parlamentar das Américas. Restaurante Lake's Baby Beef

PLENÁRIO

10h — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PLS nº 44/01 — Complementar, altera a composição do conselho a que se refere a Lei Complementar nº 68/91 (Conselho Administrativo da Superintendência da Zona Franca de Manaus — Suframa); PDL nº 212/01, aprova o envio à República Argentina de contingente militar do Exército brasileiro, composto de 42 militares, para participar de um exercício de adestramento em operações de paz; primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 19/00, altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental; primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 25/00, altera o art. 75 da Constituição federal, para facultar a nomeação de membros das cortes de contas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios através de concurso público; substitutivo do Senado ao PLC nº 75/96, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de colete à prova de bala por profissionais nas condições que especifica; PDLs autorizando a execução de serviços de radiodifusão comunitária; Parecer nº 650/01, sugerindo que os parâmetros a serem observados pelo Brasil no processo negociador da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), a ser iniciado em maio de 2002, sejam objeto de estudo pela Comissão de Assuntos Econômicos; Requerimento nº 391/01, do senador Gerson Camata, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nº 318/99 e 211/00, por regularem a mesma matéria; e Requerimento nº 393/01, do senador José Eduardo Dutra, solicitando a tramitação conjunta das PECs nºs 3 e 12, de 2000, e 14/01, por regularem a mesma matéria.

COMISSÕES

9h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Pauta: relatórios referentes à adequação (BR-060/GO), construção (BR-235/TO) de trechos rodoviários e implantação de hidrovias (BR-235/TO) no Corredor Araguaia-Tocantins; apreciação dos relatórios apresentados aos PLS nºs 8/01-CN, que abre no orçamento fiscal da União, em favor da Presidência da República, crédito suplementar no valor de R\$ 49 milhões, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente; e nº 10/01-CN, que abre no orçamento fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor de R\$ 8,3 milhões, para reforço de dotação consignada no vigente orçamento; e Mensagem nº 254/CN, que encaminha o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, com respectiva exposição de motivos dos ministros do Planejamento e da Fazenda, Martus Tavares e Pedro Malan. Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães — Câmara dos Deputados
9h30 — Reunião da Comissão Mista Especial para Estudar a Crise de Energia
Pauta: exposição do ex-secretário de Energia do Ministério de Minas e Energia, Peter Greiner; do diretor da Ilumina, Roberto Pereira D'Araújo; e dos presidentes Cláudio Avila da Silva, da Eletrobrás, e Eduardo José Bernini, do Comitê do MME, para debater sobre o tema "Modelo Estrutural do Setor Elétrico". Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2
9h30 — Comissão de Fiscalização e Controle
Pauta: apreciação de diversos avisos do TCU sobre auditorias realizadas em vários órgãos públicos. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6
10h — CPI do Futebol
Pauta: reunião administrativa. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho (licenciado)
Presidente em exercício: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Lobão envia ao Conselho de Ética documentos entregues por Jader

Presidente interino do Senado diz que gesto do parlamentar paraense contribui para que o exame dos casos Sudam, Banpará e Fazenda Paraíso seja feito "com mais rapidez e eficiência"

O presidente interino do Senado, Edison Lobão, enviou na manhã de ontem ao presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador Gilberto Messtrinho (PMDB-AM), documentos encaminhados pelo senador Jader Barbalho (PMDB-PA) abordando os casos Sudam e Fazenda Paraíso, bem como cópias dos extratos bancários das contas que o parlamentar paraense manteve em agências dos bancos Itaú e Citibank, na cidade do Rio de Janeiro, na década de 80.

A documentação chegou à Pre-



Edison Lobão recebeu a documentação na noite de terça-feira e a encaminhou ontem ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

sidência do Senado na noite de terça-feira. Um assessor de Jader entregou os documentos, juntamente com ofício do presidente licenciado da Casa, a Lobão. No expediente, o senador diz que envia, "para conhecimento do Senado Federal, cópia de todas as recentes peças referentes aos assuntos Sudam e Fazenda Paraíso, com todos os seus anexos, certidões, atos oficiais, portarias, interpelações judiciais, processos, depoi-

mentos e arquivamentos".

O senador Edison Lobão considerou que o gesto de Jader "contribui para que o exame desses casos seja feito com mais rapidez e eficiência". Ele entende, ainda, que a "boa vontade" do senador paraense para o esclarecimento das denúncias começou com sua iniciativa de licenciar-se da Presidência do Senado.

— Na Presidência, se tivesse a intenção, poderia criar embaraços, mas com a licença nos permite dar andamento a tudo — destacou Lobão.

Subcomissão da CFC vai fiscalizar metrô de Brasília

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) aprovou ontem requerimento do senador Wellington Roberto (PMDB-PB) que cria uma subcomissão temporária, integrada por três membros, para fiscalizar a aplicação dos recursos federais nas obras de construção do metrô do Distrito Federal.

Na justificativa da proposta, o senador pela Paraíba argumenta que o metrô de Brasília tem sido



Wellington Roberto lembra denúncias de irregularidades

alvo de seguidas denúncias de irregularidades na aplicação dos recursos públicos, tanto que o próprio Tribunal de Contas da União (TCU) já constatou indícios de desvios de verbas.

Na mesma reunião, a CFC aprovou o arquivamento de 13 itens relativos a inspeções e auditorias realizadas pelo TCU em órgãos e obras de vários estados do país.

A CFC reúne-se hoje, às 9h30, para analisar decisões do Tribunal de Contas da União sobre auditorias e inspeções realizadas pelo órgão em instituições em todo o país.

CPI do Futebol faz reunião administrativa



A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga irregularidades envolven-

do as associações brasileiras de futebol fará reunião administrativa hoje, às 10 horas.

Os senadores Álvaro Dias (PSDB-PR) e Geraldo Althoff (PFL-SC), presidente e relator da comissão, entregaram na terça-feira ao presidente da Câmara dos Deputados, Aécio Neves, duas representações contra o deputado Eurico Miranda (PPB-RJ), presidente do Vasco da Gama, pedindo a abertura de processo disciplinar por quebra de decoro parlamentar.

Esclarecimentos envolvem casos Sudam, Banpará e TDAs

Entre os documentos entregues pelo senador Jader Barbalho ao presidente interino do Senado, Edison Lobão, estão cópias de peças dos processos referentes às denúncias de irregularidades na Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e na venda de títulos da dívida agrária (TDAs). Além disso, Jader entregou pareceres do vice-procurador-geral, Haroldo Ferraz, e do promotor do Ministério Público do Pará, José Vicente de Miranda Neto, ambos opinando pelo ar-

vamento do processo que investigava a participação de Jader no desvio de recursos do Banco do Estado do Pará (Banpará) está entre os documentos entregues a Lobão. Além disso, Jader enviou pareceres do vice-procurador-geral, Haroldo Ferraz, e do promotor do Ministério Público do Pará, José Vicente de Miranda Neto, ambos opinando pelo ar-



Jader entregou extratos bancários de contas que manteve no Itaú e no Citibank

O primeiro item da documentação entregue por Jader é a cópia da interpelação judicial na qual o deputado estadual do Amazonas Mário Frota nega conversas telefônicas, publicadas pela revista *IstoÉ*, e que envolvem o senador em suspeitas de intermediação de financiamentos junto à Sudam em troca de propina de R\$ 5 milhões.

Também foi enviada a íntegra do depoimento de Vera Arantes Campos ao corregedor do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), em 6 de junho de 2001. Na ocasião, ela negou ter visto ser entregue um cheque de US\$ 4 milhões, referente à compra de TDAs, a Jader, então ministro da Previdência e Assistência Social, conforme publicou a *IstoÉ*. A informação é desmentida pelo empresário Serafim Rodrigues, também em depoimento dado a Tuma e arrolado pelo presidente licenciado do Senado.

BANPARÁ

O parecer do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, de 14 de maio de 2001, pelo arqui-

O senador incluiu entre os documentos remetidos a Lobão, e já repassados ao Conselho de Ética do Senado, o parecer do Banco Central que, em 1992, disse não haver provas convincentes da participação de Jader no desvio de recursos do Banpará. "Daí por que a estranheza de que estejam aparecendo novos relatórios, novos ofícios", afirma Jader.

CERTIDÕES

Jader também remeteu certidão emitida pela Justiça Federal de Brasília atestando que ele não é réu em ação sobre as irregularidades na desapropriação da Fazenda Paraíso, no Pará. A revista *IstoÉ* publicou que a fazenda não existiria e que Jader, quando ministro da Reforma Agrária, teria feito a desapropriação por meio do pagamento em títulos da dívida agrária.

O senador entregou ainda duas certidões da Justiça paraense, segundo as quais não é réu em ações populares relativas ao episódio do Banpará.

Informações devem ajudar na apuração dos fatos, diz Tuma

Na opinião do senador Romeu Tuma (PFL-SP), as cópias de extratos bancários pessoais da década de 80 e os documentos referentes aos casos Sudam e Fazenda Paraíso enviados à Presidência do Senado pelo senador Jader Barbalho devem ajudar nas investigações da comissão especial do Conselho de Ética, embora não sejam suficientes para elucidar todos os fatos. Para o esclarecimento de todas as denúncias contra o presidente licenciado do Senado, Tuma considera fundamental a quebra de seus sigilos bancário e fiscal.

Romeu Tuma também considerou natural o fato de Jader ter preferido encaminhar essa documentação diretamente à Presidência da Casa em vez de apresentá-la em Plenário, conforme havia prometido. Para o senador paulista, essa

conduta pode ter sido orientada pelos advogados do presidente licenciado do Senado. Segundo observou, no entusiasmo de um pronunciamento, o parlamentar pode falar coisas que venham a ser usadas contra ele.

Quanto ao depoimento de Jader à comissão especial, Tuma disse que deve ocorrer após a conclusão dos depoimentos das testemunhas convocadas pela Polícia Federal e da perícia na gravação do telefonema sobre a cobrança de propina em financiamentos da extinta Sudam. No que diz respeito à evolução patrimonial de Jader, o senador pefelista pretende acompanhá-la a partir da análise das declarações de renda que todos os membros do Senado são obrigados a apresentar anualmente.

Hospital universitário pode ser autorizado a cobrar internação

Projeto aprovado ontem pelo Plenário permite a cobrança a pacientes que tenham planos de saúde. A proposta, que não permite diferenciação no padrão de hotelaria, será ainda votada pela Câmara

O Senado aprovou ontem projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) permitindo que os hospitais universitários cobrem o atendimento prestado a pacientes cobertos por planos de saúde. Pela proposta, até 25% dos leitos dos hospitais universitários poderão ter essa destinação. O texto ainda será votado em turno suplementar antes de ser enviado à Câmara dos Deputados.

O projeto, votado conforme substitutivo do senador Geraldo Althoff (PFL-SC), estabelece que os recursos resultantes das internações de pacientes com planos de saúde deverão ser integralmente utilizados na manutenção e recuperação do hospital. O número de leitos operacionais destinados aos pacientes não-pagantes não poderá ser reduzido, segundo determinação conti-



Os recursos obtidos deverão ser investidos no hospital, segundo Lúcio Alcântara, autor do projeto

da na proposta.

A decisão foi precedida de discussão em que a senadora Heloísa Helena (PT-AL) defendeu emendas garantindo o atendimento prioritário aos pacientes

não-pagantes e suprimindo diferenças no padrão de hotelaria, ou seja, nas condições dos quartos oferecidos aos doentes.

Ela argumentou que o problema da proposta está no fato de

que não há leitos ociosos em hospitais universitários. Afirmou também que diferenciar o padrão de hotelaria significa "generalizar uma infâmia", já que seguramente resultaria em leitos para pobres e leitos para ricos.

— Se chegar ali o filho do senador, ele não vai ser atendido do mesmo jeito do filho do trabalhador — sustentou.

Os senadores Lúcio Alcântara, Geraldo Althoff e Tião Viana (PT-AC) defenderam o projeto, argumentando que a proposta assegura o princípio da universalidade, sem discriminar ninguém. "Esse projeto não tira nenhum leito dos carentes", assegurou Alcântara. O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) também defendeu o projeto, mas ressaltou que seria melhor que não houvesse diferenciação no padrão de hotelaria.

Inep recebe o nome de Anísio Teixeira

Oriundo da Câmara, foi aprovado ontem pelo Senado projeto dando o nome de Anísio Teixeira ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). O texto agora vai à sanção presidencial.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP), relator da matéria, afirmou em seu relatório que foi com Anísio Teixeira que, a partir de 1952, o Inep dinamizou-se, com o propósito de oferecer ao Ministério da Educação melhor base de estudos e pesquisas para subsidiar as decisões.

— Como administrador, Anísio Teixeira revelou-se extremamente competente, porque não só apresentava idéias inovadoras, como sabia executar aquilo que idealizava — disse Romeu Tuma em defesa do projeto.

CE volta a analisar Informática em currículo

A pedido do senador Romero Jucá (PSDB-RR), o Senado devolveu ao exame da Comissão de Educação projeto que inclui a disciplina de Informática nos currículos dos ensinos médio e fundamental.

O texto altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e leva em conta que a vida e o trabalho no mundo moderno requerem conhecimentos sobre o uso de computadores. Relator da matéria na Comissão de Educação, o senador Nilo Teixeira Campos (PSDB-RJ) defende a aprovação. A medida, afirma, garante que, para competir num mundo globalizado, o Brasil necessita qualificar sua mão-de-obra, tornando-a capaz de dominar novas tecnologias.

Funcionamento de emissoras recebe permissão

Por meio de decretos legislativos, o Plenário autorizou ontem o funcionamento das seguintes emissoras: Associação de Radiodifusão Comunitária e Educativa de Cabeceira Grande, de Cabeceira Grande (MG); Associação Mamma Bianca, de Valparaíso (SP); Associação Rádio Comunitária Ilha FM, de Pariquera-Açu (SP); e Associação de Difusão Comunitária, de Palmeirópolis (TO). Os projetos agora vão à promulgação.

Programação monetária para 3º trimestre é acatada

Acatando parecer do senador Bello Parga (PFL-MA), o Senado aprovou ontem a programação monetária para o terceiro trimestre de 2001. O texto agora será votado pela Câmara dos Deputados.

Segundo Parga, a programação enviada pelo governo apresenta as metas indicativas da evolução monetária para os meses de agosto, setembro e outubro de 2001, e resume a evolução dos principais indicadores macroeconômicos brasileiros no período de janeiro de 1999 a abril de 2001.

Ele afirmou ainda que as informações permitem concluir pela adequação dos termos da programação monetária para o terceiro trimestre de 2001, guardando inteira compatibilidade com os objetivos governamentais de contenção da inflação e de desenvolvimento econômico. Por isso, concluiu, a programação deveria ser aprovada.

Aprovado benefício a condomínio de produtor rural

Foi aprovado pelo Senado, em turno suplementar, projeto de lei do senador Arlindo Porto (PTB-MG) que, para efeito de arrecadação previdenciária, equipara aos produtores rurais individuais os condomínios de produtores rurais, estabelecidos com a finalidade de contratação de mão-de-obra. O projeto será agora votado pela Câmara dos Deputados.

Ao defender o projeto, Arlindo Porto explicou que, organizados em condomínio, os produtores rurais são considerados empresa, com taxa de recolhimento previ-



Arlindo quer garantir mais contratações com carteira assinada

denciário de 28% em relação à folha salarial. Se equiparados ao produtor rural individual, terão de recolher apenas 2,7%. A medida, afirmou, deverá incentivar a contratação de mais mão-de-obra com carteira de trabalho assinada.

Para Arlindo, ao garantir a um maior número de empregados rurais o acesso aos benefícios da Previdência Social, o projeto poderá promover "harmonia e segurança no campo". O senador lembrou que, devido a tecnologias e equipamentos agrícolas, a necessidade de mão-de-obra no campo foi re-

Senado vota hoje alteração no conselho da Suframa

Em regime de urgência, o Senado vota hoje projeto do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) que inclui no conselho administrativo da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) um representante dos municípios do interior dos estados situados na área de atuação do órgão. Atualmente há representantes apenas das capitais dos estados que integram a Suframa.

Ainda hoje o Senado inicia a

discussão, em segundo turno, de duas propostas de emenda à Constituição (PECs). A primeira, do senador Jefferson Péres (PDT-AM), institui o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental, destinado a promover o crescimento econômico da região em harmonia com a preservação do meio ambiente.

A outra PEC, do senador Álvaro Dias (PSDB-PR), permite a nomeação de integrantes de Tribunais de Contas mediante concur-

so. A medida funcionará como instrumento que concretiza os princípios de impessoalidade e moralidade administrativa, afirma Álvaro Dias. Ele argumenta que o concurso já é exigido para ingresso nas carreiras da magistratura e do Ministério Público.

Na mesma sessão, o Senado decide se aprova o envio à Argentina de contingente militar do Exército brasileiro para participar de exercício de adestramento.



O relator Bello Parga foi favorável à aprovação

Carlos Bezerra sugere venda de imóveis que a União não usa

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) sugeriu que o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, venda os mais de 3 milhões de imóveis que a União possui em todo o país. Ele apresentou requerimento de informações solicitando aos ministros da Previdência e Assistência Social, Roberto Brant, e do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, uma relação atualizada desses imóveis, com sua localização, descrição sumária e valor de mercado.

Em discurso pronunciado ontem, o senador afirmou que avaliação feita em 1999 pela Secretaria da Administração Federal orçou esses imóveis em R\$ 400 bilhões. De acordo com Carlos Bezerra, a avaliação constatou que essas propriedades rendiam ao governo, em aluguéis e outras rendas, apenas R\$ 120 milhões por ano.

— Isso é um absurdo. Estamos administrando prejuízos — afirmou, sugerindo que os imóveis sejam avaliados pela Caixa Econômica Federal e vendidos em um grande leilão.

Carlos Bezerra propôs várias aplicações para esses recursos. A primeira delas seria um reajuste salarial para os servidores públicos civis, já há seis anos sem qualquer aumento.

— É mais um meio de corrigir essa grande injustiça, que fere o princípio constitucional da irredutibilidade dos salários — observou.

Outras aplicações dos recursos arrecadados com a venda do “patrimônio imobiliário inútil” sugeridas pelo senador foram o aumento do salário mínimo e mais recursos para o programa Comunidade Soli-



Carlos Bezerra afirma que recursos da venda de imóveis poderiam ter várias aplicações

dária. Carlos Bezerra disse que há no Brasil 50 milhões de indigentes, segundo a Fundação Getúlio Vargas, e 50 mil crianças vivendo do que catam no lixo, de acordo com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

Os R\$ 400 bilhões avaliados como valor dos imóveis equivalem, segundo o senador, a quase metade da proposta de orçamento com que deve trabalhar a Comissão Mista de Orçamento, que preside. Esse dinheiro poderia também ser utilizado em investimentos em energia elétrica, disse, lembrando que Mato Grosso precisa de recursos para concluir a hidrelétrica de Manso.

Os recursos poderiam também ser utilizados na construção de habitações populares, prosseguiu, ou aplicados no pagamento da correção das contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Outras utilizações seriam um combate efetivo à seca do Nordeste e a conclusão do corredor de exportação que levaria os produtos do Centro-Oeste brasileiro aos portos do Oceano Pacífico, no Chile e no Peru.

Alcântara elogia atuação do Cebrap e registra posse do novo presidente

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) registrou a posse, ocorrida no início de junho, do cientista político Fernando Limongi como presidente do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap). O senador classificou o Cebrap, fundado em 1969, como pólo de reflexão e conhecimento da realidade brasileira, sendo decisivo para o desenvolvimento do país.

Limongi, informou Alcântara, pretende consolidar o Cebrap como um centro de pesquisa autônomo, já que recursos públicos e privados para financiar projetos de pesquisa estão cada vez mais escassos.

No Cebrap, explicou o senador,

especialistas de vários setores estão reunidos em áreas temáticas, sob a orientação científica de uma câmara de pesquisa, órgão responsável pelas abordagens teórico-metodológicas adotadas nos trabalhos. Centrada nos estudos transdisciplinares, acrescentou, a instituição vem atuando em questões fundamentais, como a especificidade do modelo brasileiro de democracia e a urbanização.

— Em pouco mais de três décadas, o Cebrap firmou-se como uma das mais importantes instituições do país, pelas contribuições permanentes que oferece ao pensamento brasileiro — afirmou o senador.

CCJ aprova sem emendas restrição a medidas provisórias

Relator concorda em manter texto para evitar volta da proposta à Câmara. Hoje começa a discussão em primeiro turno no Plenário

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem parecer do senador Osmar Dias (sem partido-PR) acatando da forma como veio da Câmara dos Deputados a proposta de emenda à Constituição (PEC) que limita a edição de medidas provisórias (MPs). A matéria será submetida ao Plenário na sessão de hoje.

Osmar Dias havia apresentado duas emendas ao texto aprovado na Câmara, mas foi convencido a retirá-las pelos argumentos do presidente interino do Senado, Edison Lobão, do presidente da Câmara, deputado Aécio Neves, e dos senadores Roberto Freire (PPS-PE), José Eduardo Dutra (PT-SE) e Romero Jucá (PSDB-RR).

A PEC está sendo examinada pela terceira vez no Senado, fato inédito na história da Casa. Para evitar nova volta à Câmara, o presidente interino do Senado havia pedido a aprovação da matéria sem modificações.

A proposta foi aprovada pela



Osmar Dias aceitou argumentação de lideranças e retirou as duas emendas que apresentara

Câmara dos Deputados na quarta-feira passada e impede que as MPs vigorem indefinidamente, sem que o Legislativo se pronuncie. O texto aprovado pelo Senado e referendado pela Câmara determina que as MPs terão validade de 60 dias. Caso os deputados e senadores não terminem a votação até o 60º dia de sua edição, a MP ganhará outros 60 dias de vigência e terá prioridade sobre outras matérias em discussão. Se ao final de 120 dias a

Câmara ou o Senado não tiverem concluído a votação, a MP perderá eficácia desde sua edição. Atualmente, as MPs têm validade de 30 dias, mas o presidente da República as reedita mensalmente, de forma que algumas delas estão em vigor há mais de seis anos.

Osmar Dias discordou de duas modificações feitas pela Câmara dos Deputados. Uma determina que o início da tramitação das MPs será feito sempre pela Câmara, enquanto Osmar Dias gostaria que valesse o princípio da alternância entre as duas Casas do Legislativo. José Eduardo Dutra argumentou que a Constituição já estabelece que os projetos do Executivo tenham sua tramitação iniciada pela Câmara. Roberto Freire, por sua vez, lembrou que antes de votadas as matérias são examinadas por comissões mistas. A outra emenda apresentada pelo relator e depois retirada proibia a edição de MPs sobre assunto tratado em projeto de lei vetado pelo Executivo.

Lobão acelera discussão da PEC no Plenário

O presidente interino do Senado, Edison Lobão, anunciou ontem que as sessões de amanhã e de segunda-feira serão deliberativas e incluirão o debate da proposta de emenda à Constituição que limita o poder presidencial de editar medidas provisórias. Lobão observou que, dessa forma, pretende estabelecer um rito especial para a votação da matéria.

O presidente do Senado fez a comunicação após a aprovação

de requerimento do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) solicitando ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, que faça o Banco Central enviar ao Senado os relatórios concernentes ao Banpará.

Na ocasião, o líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), afirmou ter honrado todos os compromissos assumidos para que os fatos relacionados a desvios de recursos do banco paraense sejam apurados. “Mais uma

vez, estamos colaborando, para não deixar nenhuma dúvida”, afirmou Calheiros.

Confirmando o que dizia o líder peemedebista, o presidente do Senado afirmou que a Casa deve proceder com extrema serenidade no sentido de esclarecer todos os fatos referentes a irregularidades havidas no Banpará, no período entre 1984 e 1987. Acrescentou que a Presidência cumprirá a decisão do Plenário.

Principais mudanças na edição de medidas provisórias

	Como é hoje	Como fica
Prazo de vigência	30 dias	60 dias, prorrogáveis por mais 60
Reedição	As MPs podem ser reeditadas várias vezes	Proibida
Conteúdo das MPs	Não podem tratar de assuntos que tenham sido objeto de emendas constitucionais; reforma do Código Penal, entre outros	Além dos atuais, não poderão versar sobre orçamentos, ativos financeiros, poupança popular, seqüestro de bens, temas regulamentáveis por meio de lei complementar, entre outros
Prazo para votação pelo Congresso	Não estabelecido	45 dias, sob pena de trancar a pauta de votações
Tramitação	As MPs são analisadas no Congresso por comissão mista formada por senadores e deputados	A tramitação sempre se iniciará pela Câmara e a votação será separada nas duas Casas

Gandra defende adoção do efeito vinculante

Durante audiência na CCJ sobre a reforma do Judiciário, ele também sugeriu o fortalecimento das corregedorias e propôs que as instâncias superiores tenham liberdade para selecionar o que devem, de fato, julgar, como ocorre em outros países

Mudar o papel das instâncias superiores da Justiça, para que elas atuem somente na preservação da ordem e estabilidade jurídicas; adoção da súmula e efeito vinculantes, que simplifica os julgamentos e evita muitos recursos; e fortalecimento das corregedorias. Estas são as três providências apontadas pelo jurista Ives Gandra Martins para tornar mais eficiente e ágil o Judiciário no Brasil.



O jurista participou, ontem, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de audiência pública sobre a reforma do Judiciário, que contou também com a participação dos presidentes do Supremo Tribunal Federal (STF), Marco Aurélio Mello; do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Paulo Costa Leite; e de representante do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Ives Gandra Filho.

Segundo Ives Gandra Martins, tramita no STF um total de 100 mil processos, contra 200 mil no STJ e 200 mil no TST. A grande responsabilidade por esses números, em sua avaliação, está nos códigos processuais, que permitem uma série interminável de recursos, abarrotando as instâncias superiores. "A função de fazer justi-

ça não é das instâncias superiores, mas das instâncias inferiores. A função dos tribunais superiores é a de preservar a estabilidade e a ordem jurídicas", frisou.

Na opinião do jurista, há no Brasil excesso de instâncias jurídicas, excesso de recursos e de processos, escassez de magistrados e escassez de recursos financeiros. O resultado dessa composição é um sistema caótico que não será radicalmente mudado modificando-se apenas a Constituição. É preciso alterar os procedimentos jurídicos, defendeu.

Para Ives Gandra, é fundamental, numa reforma do Judiciário, deixar as instâncias superiores livres, para que elas selecionem o que devem, de fato, julgar, a exemplo do que ocorre em outros países. Os nove juízes da Corte Suprema dos Estados Unidos têm

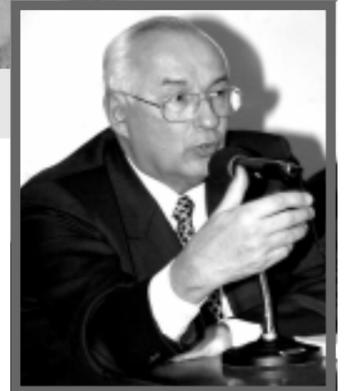
hoje que julgar 150 processos, que é o total que tramita lá, informou. Os 11 ministros do STF, comparou, têm 100 mil processos para julgar. A administração da Justiça deve ser feita pelas instâncias inferiores, insistiu.

O jurista manifestou-se, entretan-

to, contrário ao estabelecimento do controle externo do Judiciário previsto na proposta de emenda à Constituição em exame no Senado. Para ele, é melhor o controle interno, desde que se fortaleçam as corregedorias. "Um órgão não pode controlar um poder", afirmou.



A partir da esquerda, Ives Gandra; presidentes do STJ, Costa Leite, e do STF, Marco Aurélio de Mello; o presidente da CCJ, Bernardo Cabral; presidente interino do Senado, Edison Lobão; e Ives Gandra Filho, do TST



Simon defende subordinação da Polícia Civil ao Poder Judiciário

A Polícia Civil deveria ser vinculada ao Judiciário, atuando de forma subordinada a este, para que um inquérito policial instaurado nas delegacias seja presidido por um promotor e não mais por um delegado. A proposta foi apresentada ontem pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS) durante a audiência pública realizada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A ideia de Pedro Simon foi apoiada pelo jurista Ives Gandra Martins, que também participou da audiência. Gandra considerou eficaz para reduzir os prazos de tramitação dos processos e dar ritmo mais ágil às investigações.

O senador Edison Lobão (PFL-MA), presidente interino do Senado, compareceu à audiência pública, onde ressaltou



Conforme sugestão de Simon, inquérito seria presidido por promotor, e não delegado



Para Edison Lobão, há leis que impedem agilidade e eficiência do Judiciário

que a Constituição dos Estados Unidos, com apenas sete artigos, já tem 200 anos. O Brasil, comparou, teve, entre outras, a Constituição de 1937, a de 1946, a de 1967, a Emenda Constitucional nº 1, de 1969, o "Pa-

cote de Abril" e, finalmente, a Constituição de 1988. Lobão avaliou que o Judiciário brasileiro "é um dos melhores do mundo", mas, ressaltou, há leis que o impedem de ser ágil e eficiente. Ele citou como exemplo

o caso de um pescador, processado por tirar minhocas no terreno de um vizinho, que foi parar no STF. Praticamente todos os parlamentares presentes à reunião da CCJ concordaram que a morosidade da Justiça brasileira é o seu maior problema. Para tentar resolvê-

lo, além de propostas como a de Pedro Simon, o presidente da comissão, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), disse ser necessária a adoção de medidas infraconstitucionais, algumas delas já providenciadas pelo Legislativo. Para Cabral, já há uma consciência clara de que o problema da morosidade do Judiciário não se resolve somente com mudanças de âmbito constitucional.

Ao questionar Ives Gandra, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) defendeu a adoção de um controle externo do Judiciário, ao contrário do que prega o jurista. O senador José Fogaça (PMDB-RS) também disse que um órgão de controle externo não afrontaria o Judiciário, exercendo uma função maior de corregedoria. O senador Romeu Tuma (PFL-SP), por sua vez, defendeu maior apoio do Ministério Público ao trabalho da polícia e, como o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), elogiou a iniciativa de Cabral de promover o debate.

Emenda não agiliza a Justiça, diz Marco Aurélio

Para o presidente do Supremo Tribunal Federal, que participou ontem na Comissão de Constituição e Justiça de audiência sobre a PEC da reforma do Judiciário, o poder público é o principal responsável pela morosidade do setor

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Marco Aurélio Mello, afirmou ontem, em audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que continua pessimista em relação à proposta de emenda à Constituição (PEC) que reforma o Judiciário. Ele considera que a Justiça brasileira não ficará mais ágil com a emenda, como acreditam alguns parlamentares. "Não se pode dar à sociedade uma esperança vã", disse. Para Marco Aurélio, a Justiça só terá mais agilidade se forem mudadas suas normas instrumentais, no âmbito da legislação ordinária.

Ele voltou a responsabilizar o governo pela morosidade da Justiça brasileira. Segundo disse, o poder público é o primeiro a se utilizar do aparato normativo para protelar ao máximo decisões judiciais já tomadas em instâncias inferiores. O governo, afirmou, "abarrota de propósito" os tribunais superiores com o objetivo de "empurrar o problema com a barriga", e ganhar tempo



Marco Aurélio (à esquerda) afirmou que o governo "abarrota de propósito" os tribunais. Para Costa Leite, mudanças nos códigos de Processo Civil e Penal são necessárias



raram uma enxurrada de demandas judiciais.

Já o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Paulo Costa Leite, defendeu na audiência a limitação da súmula vinculante. Para ele, o expediente, que generaliza sentenças proferidas pelos tribunais superiores para todos os casos similares, deve ser exclusivo para causas repetitivas e de massa, como a do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), na qual trabalhadores reclamam a devolução das perdas ocorridas durante os planos Verão e Collor 1.

O grande propósito da súmula vinculante, segundo Costa Leite, será vincular a administração pública, "para com isso impedir que o Estado administrador inviabilize o Estado juiz", como estaria acontecendo atualmente. Sobre o controle externo do Judiciário, o presidente do STJ considera impróprio designar um órgão para fiscalizar um poder. A exemplo de Marco Aurélio Mello, Costa Leite também só acredita numa Justiça mais ágil se forem mudados os códigos de Processo Civil e Penal.

para não cumprir as sentenças.

O Estado, para o presidente do STF, deveria ser o primeiro a dar o exemplo, cumprindo as nor-

mas. O que se vê, entretanto, afirmou, é "uma instabilidade normativa promovida pelo próprio Estado". Somente nos últimos

anos, lembrou Marco Aurélio, o Executivo já editou 12 planos econômicos "que elegeram o fim em detrimento dos meios" e ge-

Presidentes do STF e STJ são recebidos por Lobão

O presidente interino do Senado, Edison Lobão, recebeu na manhã de ontem os presidentes do Supremo Tribunal Federal (STF), Marco Aurélio Mello, e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Paulo Costa Leite, que participaram da audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) sobre a proposta de emenda à Constituição que visa reformar o Poder Judiciário.

Ao sair do gabinete da Presidência, o ministro Marco Aurélio destacou a importância que o Supremo dá ao debate da reforma do Judiciário. O ministro Paulo Costa Leite ressaltou o interesse do STJ na ampliação do alcance da reforma proposta pela emenda à Constituição a fim de que as mudanças permitam acelerar o

processo judicial.

Com relação às acusações contra o presidente licenciado do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), Marco Aurélio afirmou que o Supremo está tomando todas as providências solicitadas pelo procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro. A quebra dos sigilos bancário e fiscal foi deferida pelo relator da matéria, ministro Carlos Velloso. "E ontem (dia 7), por coincidência, a distribuição do inquérito solicitado pelo procurador também coube ao ministro Velloso", informou o presidente do STF.

Na presidência do inquérito, acrescentou Marco Aurélio, o ministro Velloso deverá determinar as "diligências necessárias ao esclarecimento dos fatos em apuração e depois avaliar a denún-



Edison Lobão e Pedro Simão conversaram com Marco Aurélio e Costa Leite (à esquerda) sobre a reforma do Judiciário

cia do acusado, caso o procurador entenda haver elementos para oferecê-la". O Plenário do tribunal deverá pronunciar-se somente no caso de a denúncia ser aceita, explicou o presidente do STF, "aí para formalizar pedido de licença ao Senado para

que o acusado seja processado".

A polêmica em torno do reajuste do salário do funcionalismo público, com versões de que o índice desse reajuste para 2002 não teria caráter retroativo e poderia não beneficiar os aposentados e pensionistas, me-

receu do ministro Marco Aurélio Mello apenas uma observação: "A Constituição determina o princípio da irredutibilidade do salário, e essa norma está ligada ao poder aquisitivo da moeda". Esse poder tem de ser repostado, concluiu.



Lúcio Alcântara: Embraer e Avibrás podem exportar aviões e foguetes para a Malásia

Brasil pode ampliar comércio com a Malásia

O comércio bilateral entre Brasil e Malásia tem evoluído regularmente e poderá ser incrementado com a entrada da Embraer e da Avibrás na comercialização de aeronaves e foguetes que deverão ser exportados para aquele país, ajudando, dessa forma, a equilibrar a balança comercial brasileira. A afirmação foi feita pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), durante palestra realizada em julho, em São Paulo, com representantes do governo do Brasil e da Malásia, no evento intitulado "Oportunidades de negócios entre Brasil e Malásia".

Segundo Lúcio Alcântara, que visitou recentemente a Malásia, o Brasil exportou mais de US\$ 340 milhões para aquele país e importou, no mesmo período – em 1997, quando atingiu o pico nos negócios bilaterais a partir de 1981 –, US\$ 578 milhões. Além da Embraer e da Avibrás, acrescentou, poderá também incrementar as exportações brasileiras para a Malásia o segmento de *software*. Soma-se ainda a esses negócios, segundo o senador, a proposta de construção conjunta de satélite malaio, de órbita equatorial, para monitoramento de recursos naturais, que implicará a construção de estações terrestres, teste de equipamentos e fornecimento de componentes fabricados no Brasil.

– Esses são apenas alguns negócios que, uma vez concretizados, representarão um avanço significativo no relacionamento comercial bilateral – afirmou o senador, observando que a economia da Malásia é bastante desenvolvida e está fortemente ancorada na indústria, com empresas siderúrgicas e montadoras de automóveis.

Atualmente, o Brasil ainda está distante do patamar do Japão ou dos Estados Unidos, responsáveis, respectivamente, por 22% e 17% das importações realizadas pela Malásia, segundo o senador.

Ronaldo Cunha Lima anuncia que sai do PMDB e ingressa no PSDB

Desfiliação foi motivada por suposta intervenção do diretório regional do partido em diretórios municipais, que teria sido anunciada por secretário de Comunicação do governo da Paraíba

O senador Ronaldo Cunha Lima (PB) anunciou ontem o seu desligamento do PMDB após 35 anos de militância e o seu ingresso no PSDB. Segundo ele, a desfiliação foi motivada por intervenção do diretório regional do partido nos diretórios municipais de Campina Grande, João Pessoa, Guarabira, Boqueirão e outras cidades. O senador classificou o ato como intolerante e mesquinho, acrescentando que caracterizava "a servidão mais humilhante do partido aos caprichos do governo do estado". O anúncio da intervenção, segundo disse Ronaldo, foi feito pelo secretário de Comunicação do governo da Paraíba.

– O ato de intervenção, da maneira arbitrária como se processou, é mais uma demonstração incontestada do autoritarismo de

quem, não podendo conviver com o contraditório, força a exclusão e a expulsão para subjugar pela prepotência a quem não pode liderar pela competência. Assim, não estou saindo, estou sendo expulso.

Ronaldo lembrou que nem durante a ditadura experimentou tal violência e disse que estava sendo rasgada a ficha de filiação número 001, que assinou "ainda no Brasil da ditadura militar, quando entrar no glorioso MDB de então implicava desprendimento político e risco



Ronaldo Cunha Lima relatou esforço para promover crescimento do PMDB

prefeitos em 171. Afora Campina Grande, praticamente o partido nada tinha nas demais grandes cidades, inclusive na capital. O partido tinha apenas um senador. Entreguei o PMDB com a maior bancada da Assembléia, com o governador, o vice-gover-

nador, com três senadores eleitos, com dois terços dos deputados estaduais e da bancada no Congresso, o maior trunfo eleitoral que a história política paraibana registrou; um dos maiores feitos do partido no país.

– Cheguei ao governo com uma magra bancada de seis deputados em 36; menos de 20

seus deputados em 171. Afora Campina Grande, praticamente o partido nada tinha nas demais grandes cidades, inclusive na capital. O partido tinha apenas um senador. Entreguei o PMDB com a maior bancada da Assembléia, com o governador, o vice-gover-

nador, com três senadores eleitos, com dois terços dos deputados estaduais e da bancada no Congresso, o maior trunfo eleitoral que a história política paraibana registrou; um dos maiores feitos do partido no país.

– Gostaria que o governo de Goiás tivesse mais habilidade e tato para tratar com esses governadores. Maguito afirmou que, a mando de Marconi Perillo, o secretário de Indústria e Comércio de Goiás, depois de uma visita do presidente do PSDB ao estado, deu declarações culpando os senadores por Goiás pela guerra fiscal travada com outras unidades da Federação. Segundo Maguito, os senadores aprovaram no Congresso todas as iniciativas que interessavam aos goianos e a Goiás.

Suassuna nega intervenção em diretórios municipais

Em pronunciamento no final da tarde de ontem, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) negou que tenha ocorrido intervenção do diretório regional do PMDB em vários diretórios municipais do partido na Paraíba. No início da tarde, o senador Ronaldo Cunha Lima havia anunciado que estava se desligando do partido motivado pela suposta intervenção.

– O PMDB foi colocado (por Ronaldo) como o partido que interveio em diretórios municipais. Não é verdade. Ele falou que houve intervenção nos diretórios de João Pessoa, Campina Grande e outros. É mentira.

Suassuna também negou que Ronaldo esteja deixando o PMDB agora. Para Suassuna, o ex-correligionário, na prática, deixou o partido há muito tempo, "quando transferiu para o PSDB e o PTB seus aliados, como o prefeito de João Pessoa, Cícero Lucena, o deputado Armando Abílio e outros, e orientou o seu filho, Cássio Cunha Lima, a ficar

sem partido".

Suassuna relatou que antes da eleição de 1998 houve um acordo para compor a chapa estadual do PMDB. O governador José Maranhão seria o candidato à reeleição, um irmão de Ronaldo entraria na chapa como vice-governador e o próprio Suassuna disputaria o Senado. "Ronaldo já era senador, seu filho era prefeito de Campina Grande, tinha um primo que disputaria o cargo de deputado estadual e seu cunhado era ministro da Integração", enumerou, destacando que nunca uma família

teve tanto poder na Paraíba. Mesmo assim, prosseguiu o senador, Ronaldo não cumpriu o acordo e, derrotado na convenção do partido, entrou na Justiça. "Perdeu em todas as instâncias", informou. Em aparte, o senador Maguito Vilela (GO), que é presidente em exercício do PMDB, afirmou que tentou articular a reaproximação dos dois grupos, mas não foi bem-sucedido.



Suassuna afirma que Ronaldo Cunha Lima já havia deixado o PMDB

Maguito diz que senadores de Goiás defendem o estado

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) criticou o governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB), que segundo o parlamentar vem culpando os senadores do estado – todos do PMDB – pelos problemas que o gover-

no goiano tem enfrentado na relação com outras unidades da Federação, na chamada "guerra fiscal".

– Parece que o governador e seus secretários não estão tendo competência para dialogar com os demais estados da Federação e atribuem toda a culpa aos senadores do PMDB, como se fôssemos culpados pela incompetência do governador de Goiás e pela falta de autoridade de seu governo – afirmou Maguito.

De acordo com o senador, o estado de Goiás já teve atritos com Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, Minas Gerais e São Paulo, governados, respectivamente, por Zeca do PT, Joaquim Roriz



Segundo Maguito, governador e secretários não estão tendo competência para dialogar

(PMDB), Itamar Franco (PMDB) e Geraldo Alckmin (PSDB).

– Gostaria que o governo de Goiás tivesse mais habilidade e tato para tratar com esses governadores.

Maguito afirmou que, a mando de Marconi Perillo, o secretário de Indústria

e Comércio de Goiás, depois de uma visita do presidente do PSDB ao estado, deu declarações culpando os senadores por Goiás pela guerra fiscal travada com outras unidades da Federação. Segundo Maguito, os senadores aprovaram no Congresso todas as iniciativas que interessavam aos goianos e a Goiás.

– O governador não tem tido esta sabedoria de perceber a união de todos os goianos em favor do estado de Goiás e agora quer transferir sua culpa para os senadores – analisou Maguito Vilela.

O senador pediu também agilidade ao Congresso Nacional para votar as matérias referentes à chamada reforma tributária.



Ademir considera novo acordo com o Fundo Monetário Internacional "um desastre"

Para Ademir, governo FHC sacrifica o país

O empenho do governo em formar superávits destinados ao pagamento dos juros da dívida pública interna, na opinião do senador Ademir Andrade (PSB-PA), é um crime contra a nação. Segundo o senador, enquanto insiste em tentar pagar uma dívida que se mostra impagável, o governo deixa de destinar recursos para reajuste adequado ao funcionalismo público federal.

— O governo vai dar 6% de aumento para os funcionários, o que é um índice inexpressivo para uma categoria que registra perda de 80% em seis anos sem reajuste. Isso impõe enorme sacrifício aos servidores e não resolve o problema da dívida — afirmou o senador.

Ademir Andrade lembrou que de junho de 2000 a maio de 2001 o governo arrecadou R\$ 44 bilhões a mais do que gastou. Só que, no mesmo período, precisou pagar R\$ 102 bilhões de juros. Isso significa que deixou de pagar R\$ 68 bilhões, que se somaram ao capital da dívida.

— Tudo o que o governo tira do povo não paga nem 40% do serviço da dívida pública interna. Os restantes 60% se somam ao capital da dívida, fazendo com que ela aumente de maneira astronômica, não tendo mais como ser paga — disse.

Na opinião de Ademir, o novo acordo que o governo negociou com o Fundo Monetário Internacional "é um desastre".

— O governo obedece às ordens do FMI, sacrificando o Brasil para pagar a dívida sem resolver o problema. Logo vamos estar piores que a Argentina — alertou.

Para Ademir, o problema mais sério, que o governo não quer enfrentar, é o da dívida externa. Ele diz que a suspensão dos desembolsos não teria as conseqüências nefastas que os banqueiros divulgam. O senador ressaltou que os setores importantes da economia brasileira são dominados por multinacionais, que não teriam interesse em deixar o país quebrar.

Dutra lamenta atitude do Senado diante dos acordos com o FMI

Líder do Bloco Oposição prevê que após o comparecimento dos ministros da Fazenda e do Planejamento, na próxima semana, tudo será aprovado sem alterações, como já ocorreu outras vezes

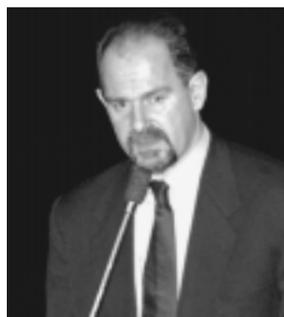
O senador José Eduardo Dutra (PT-SE), líder do Bloco Oposição, criticou ontem a maneira como o Senado vem aprovando, por seguidas vezes, os acordos firmados entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Segundo o parlamentar, como aconteceu nas ocasiões anteriores, os ministros Pedro Malan, da Fazenda, e Martus Tavares, do Planejamento, deverão comparecer na próxima semana à Casa para explicar os detalhes do recente acordo com o Fundo, haverá debates, mas tudo será aprovado sem que as oposições possam fazer qualquer alteração no entendimento com o FMI.

— Infelizmente, o ministro Malan vai repetir o seu fundamentalismo econômico, que repete há seis anos nesta Casa, vai apresentar a justificativa de que o acordo é a salvação da economia brasileira, nós da oposição vamos fazer os questionamentos, mas vai ficar tudo por isso mesmo. A maioria governista vai justificar que é uma medida para garantir a situação do Brasil e evitar o que

aconteceu com a Argentina, e continuaremos aqui no Senado com o diálogo de surdos — ressaltou.

José Eduardo Dutra disse que o Congresso brasileiro deveria tomar iniciativas para corrigir erros nesses acordos que prejudicam o país, citando exemplo verificado no Congresso dos Estados Unidos (EUA). Quando os norte-americanos votaram um aumento de aporte de capital dos EUA para o FMI, observou, eles fizeram questão de excluir empréstimos para países que fossem desenvolver projetos nas áreas de microeletrônica, têxtil e siderurgia, "justamente setores em que os americanos estavam perdendo competitividade".

— O Congresso americano aprovou aumento de capital para o Fundo desde que não ferisse os interesses deles. Infelizmente, essa não tem



Dutra diz que Malan dá mostras de querer concorrer à Presidência da República

sido a postura no nosso Congresso em assuntos semelhantes — frisou.

O senador afirmou ser claro que o Brasil sofre hoje os "efeitos colaterais" da política ortodoxa imposta pelo FMI, e a crise energética é o maior exemplo disso. Na sua avaliação, a falta de investimentos na infra-estrutura nacional é decorrente do receituário do Fundo.

— Os analistas do FMI classificam investimentos em infra-estrutura como despesas, que, portanto, diminuem o superávit primário. O resultado é que as despesas têm que ser reduzidas, o que inviabiliza novos investimentos em infra-estrutura, que poderiam contribuir para a retomada do desenvolvimento e diminuir o déficit — enfatizou.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy defendeu que, no debate

que acontecerá na próxima semana com os ministros, os senadores aproveitem a oportunidade para reverter as relações que têm sido caracterizadas entre a Casa e o Ministério da Fazenda, de ser o Senado "apenas o papel mata-borrão daquilo que o governo acerta com o FMI". Já o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) salientou que o governo tem se preocupado exclusivamente em cumprir o receituário do FMI, o que acarreta enormes prejuízos à nação.

MALAN CANDIDATO

No mesmo pronunciamento, José Eduardo Dutra afirmou que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, dá sinais evidentes de "estar doido para ser o candidato do governo às eleições presidenciais. Acrescentou que o ministro, para se credenciar como candidato, tem procurado criar polêmica com o PT. Ele criticou ainda a declaração do economista Edmar Bacha, de que o PT "vai perder as eleições, mas antes vai causar prejuízos à economia do país".

Jucá confirma comparecimento de Malan e Tavares para explicar acerto com o Fundo

Em nome da liderança do governo, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) confirmou ontem que os ministros da Fazenda, Pedro Malan, e do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, comparecerão ao Senado na próxima semana para dar explicações aos senadores sobre o acordo com o FMI.

Jucá também rebateu afirmações do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), de que o ministro da Fazenda "tem fixação pelo PT", dizendo que, na sua opinião ocorre o contrário, uma vez que o PT "não passa um dia sem questionar ou se levantar contra questões do Ministério da Fazenda". O ministro Malan, ressaltou Jucá, apenas cobra do PT que torne clara sua posição no que diz respeito às questões econômicas. Ele acrescentou que no próximo ano, com as eleições,

o país poderá julgar e definir os rumos que a economia brasileira deverá tomar.

JUNGMANN

Romero Jucá parabenizou o ministro Raul Jungmann, do Desenvolvimento Agrário, pela decisão de destinar cerca de 20 milhões de hectares de terras griladas, principalmente na Amazônia, para novas áreas de proteção ambiental.

O senador destacou também o registro, feito pelo ministro, da aprovação, pela Câmara dos Deputados, do projeto que cria o

Cadastro Nacional de Imóvel Rural, que deverá ser sancionado brevemente pelo presidente da República. Na opinião do senador, a lei deverá ser instrumento importante na política de reforma agrária.

Em seu discurso, o senador aproveitou para agradecer o título de Cidadão de Boa Vista, que recebeu da Câmara de Vereadores da cidade. Jucá disse que, embora tenha nascido em Recife, dedicou sua vida política ao povo de Roraima.



Jucá elogia destinação de áreas para proteção ambiental

CCJ aprova pedido de informações sobre bancos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pedindo ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, o envio de informações sobre os balancetes mensais dos bancos FonteCindam, Marka, Modal, Boa Vista e Pactual durante os anos de 1997 e 1998. O requerimento teve parecer favorável do senador Bello Parga (PFL-MA).

Foi aprovado ainda pela comissão substitutivo da senadora Maria do Carmo (PFL-SE) referente a projeto do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) que dispõe sobre a composição do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). O substitutivo autoriza o governo federal a incluir no conselho representantes dos municípios do interior dos estados do Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia.

CAS aprova projeto que estimula produção de peixes

Conforme a proposta, que será agora votada pela Câmara, proprietários e concessionários de represas serão obrigados a produzir e distribuir alevinos

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem por unanimidade projeto do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) que obriga os proprietários e concessionários de represas a produzir e distribuir alevinos (filhotes de peixes) em suas áreas de atuação. A proposta segue agora para análise da Câmara dos Deputados, exceto se for apresentado recurso para que seja examinada pelo Plenário do Senado.

Álvaro Dias considera que a produção e a distribuição de alevinos, de acordo com critérios estabelecidos pelo órgão competente, contribuirão para manter a atividade pesqueira e melhorar a alimentação dos habitantes próximos às represas, especialmente os de baixa renda.

A relatora do projeto, senadora Marina Silva (PT-AC), observou que a construção de represas altera o meio ambiente e, em muitos casos, prejudica a reprodução de peixes e animais, afetando as populações ribeirinhas que, antes, tinham na pesca uma atividade econômica complementar e uma fonte acessível de proteínas.



Álvaro Dias quer beneficiar população de baixa renda

A CAS adiou para a próxima semana a votação do projeto que garante a emissão gratuita de extrato do FGTS

Na mesma reunião, a CAS, presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), rejeitou projeto do ex-senador Henrique Loyola que liberava os perímetros urbanos de municípios abrangidos pela Mata Atlântica para construção de escolas, fábricas, edifícios e residências. O relator da matéria, senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), manifestou-se contrário ao projeto por entender que a liberação de áreas da Mata Atlântica, para edificações, agride o meio ambiente. Ele acrescentou que a Constituição estabelece que a Mata Atlântica é patrimônio nacional. O senador Osmar Dias (sem partido-PR) observou que, se a comi-

são aprovasse o projeto, estaria abrindo grave precedente para a devastação de importantes reservas ecológicas.

FGTS

A CAS decidiu adiar para a próxima reunião, marcada para 15 de agosto, quarta-feira da próxima semana, a votação do projeto do senador Sérgio Machado (PSDB-CE) que torna gratuita a emissão de extratos bancários referentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Na próxima semana, a CAS também deve votar projeto do senador licenciado Ramez Tebet, hoje ministro da Integração Nacional, que dá desconto de 30% nas passagens aéreas, rodoviárias, ferroviárias e marítimas para pessoas maiores de 60 anos de idade.

Tião Viana critica clonagem humana

O senador Tião Viana (PT-AC) criticou ontem o anúncio feito pelo médico italiano Severino Antinori de que, dentro de 30 dias, iniciará experiência para clonar o primeiro ser humano, mesmo que tenha de realizá-la em águas internacionais para evitar qualquer legislação que proíba a iniciativa. Segundo Viana, a experiência é o retorno da eugenia praticada pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial. "É uma violência contra os direitos humanos, contra a bioética e contra a comunidade científica internacional", afirmou.

Relator do projeto de lei que regulamenta as experiências de clonagem no Brasil, Viana, que é médico, disse que a afirmação do cientista italiano causou preocupação e perplexidade no mundo todo. Ele lembrou que esse tipo de experiência traz muitos riscos, pois foram necessárias 277 tentativas para conseguir clonar uma ovelha, a Dolly.

— A essência do ser humano e de sua sobrevivência é justamente a sua diversidade. O Senado precisa legislar responsabilmente sobre essa matéria e espero que a bioética tenha prioridade — concluiu.



Para Viana, experiência de clonagem é retorno da eugenia praticada pelos nazistas

Valadares expressa pêsames de Sergipe pela morte de Jorge Amado

Ao ocupar a tribuna do Senado para lamentar a morte de Jorge Amado, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) lembrou das ligações que o escritor baiano tinha com o estado de Sergipe, além das raízes da família Amado naquele estado.

— Os Amados de G, como Gilberto, Genolino, Gilson, Gileno e Gildásio, nasceram no meu estado, entre Itaporanga e Estância. Os Amados de J, Jorge e James, nasceram na Bahia — disse o senador.

Durante o Estado Novo (1937 a 1945), contou Antonio Carlos Valadares, o escritor, por se opor ao regime de Getúlio Vargas, refugiou-se em Estância, tornando-se "um estanciano pelo coração e um sergipano pela amizade permanente com a terra do seu pai, dos seus tios e dos seus primos". Ele relatou que o escritor, sempre que podia, visitava Sergipe.

Antonio Carlos Valadares des-

tacou que durante o período em que esteve exilado em Estância, Jorge Amado impulsionou a vida cultural da cidade em parceria com o livreiro João Nascimento. Segundo o senador, Amado escrevia textos que moças e rapazes representavam. Sergipe, continuou, tem todos os motivos para partilhar com a Bahia a dor e o sofrimento que a morte do escritor Jorge Amado provoca.

— Neste momento de luto, apresento em nome do estado e do povo de Sergipe, que honrosamente represento nesta Casa, os mais sinceros pêsames a sua mulher Zélia Gattai, companheira permanente, mulher e amiga, mãe e também escritora, completando a biografia tão ilustre do marido amado, aos filhos, aos baianos e a todos os brasileiros que perderam a voz na circunstância da morte do seu maior e melhor intérprete — encerrou Valadares.



Valadares disse que Sergipe tem todos os motivos para partilhar com a Bahia a dor pela morte de Jorge Amado

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h — Saúde/Unip — A violência — Parte 2
6h30 — Cidadania — O sen. Roberto Saturnino e o brigadeiro Sérgio Xavier Ferolla falam sobre o Projeto Sivam e a soberania nacional
7h30 — Entrevista — O embaixador do México, Cecilia Soto, fala sobre a integração latino-americana
8h — Jornal do Senado — O resumo das atividades do Senado
8h30 — Saúde/Unip — A violência — Parte 2
9h — As Cores do Brasil — Karajá
9h30 — Entrevista — O sen. Amir Lando fala sobre as limitações das medidas provisórias
10h — Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após — Comissão Mista do Apagão — audiência pública nesta quinta-feira (dia 9), às 9h30, com presença de Peter Greiner, ex-secretário de Energia do Ministério de Minas e Energia; Roberto Pereira D'Araújo, diretor da organização não-governamental Ilumina; Cláudio Ávila da Silva, presidente da Eletrobrás (gravado)
16h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

19h30 — Cidadania — O sen. Roberto Saturnino e o brigadeiro Sérgio Xavier Ferolla falam sobre o Projeto Sivam e a soberania nacional
20h30 — Entrevista — O embaixador do México, Cecilia Soto, fala sobre a integração latino-americana
21h — Jornal do Senado — O resumo das atividades do Senado
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

7h — Música, informação e serviços
8h — Senado Primeira Hora — as principais notícias do Senado, do país e do mundo
9h — Música e informação
10h — Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
14h15 — Senado Notícias
14h30 — Sessão Plenária do Senado (reapresentação)
19h — A Voz do Brasil
20h — Música e informação
22h — Senado Notícias — Edição da noite (gravado)
23h — Improviso Jazz

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Iris apela ao governo para que não corte energia

Senador goiano considera humilhante a interrupção no fornecimento para quem não conseguiu reduzir consumo em 20% e pede ao presidente Fernando Henrique Cardoso que reveja decisão

Jucá destaca realizações no setor elétrico

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PSDB-RR), disse que houve realizações do presidente Fernando Henrique Cardoso no setor elétrico, rebatendo acusações de que o poder central abandonou o país à própria sorte nessa área.

Segundo Jucá, a crise decorre da inadimplência setorial, acumulada na virada da década passada. Para ele, os transtornos vieram à tona somente agora em 2001, mas teriam acontecido de qualquer forma pelo fato de as empresas distribuidoras de energia, de propriedade dos estados, nesse período terem recebido energia das geradoras federais, cobrado as contas dos consumidores e deixado de pagar, todavia, a energia comprada. "Em 1993, por conta de dados oficiais, essa prática resultou num rombo de US\$ 26 bilhões, coberto com recursos do Tesouro", disse.

Romero Jucá lembrou que, desde 1996, o governo federal vem promovendo ações para modernizar o setor de energia, citando a criação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o Mercado Atacadista de Energia Elétrica (MAE) e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) como algumas dessas iniciativas, todas decorrentes do programa Reforma do Setor Elétrico (Reseb).

O senador, no entanto, reconheceu que as empresas privatizadas, mesmo tendo investimentos espontâneos em geração e transmissão de energia, não investiram com a esperada celeridade prevista no programa governamental, além de não disponibilizarem energia de termelétricas. Esses fatos, avaliou, agravaram a situação.

Jucá destacou que, entre as obras do plano do governo direcionadas ao aumento de oferta de energia, está a construção da usina de Belo Monte, no Rio Xingu, com capacidade para 11 mil megawatts, para a qual estão previstos investimentos de US\$ 7 bilhões.

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) qualificou ontem como uma humilhação a decisão das empresas de energia elétrica de determinar o corte do fornecimento para as famílias que não conseguiram reduzir em 20% seu consumo. Ele pediu ao presidente Fernando Henrique Cardoso que reveja a determinação do corte, argumentando que a multa aplicada aos consumidores que não alcançaram a meta já é mais que suficiente. "Eles não merecem este castigo", afirmou.

— O presidente tem de levar em conta que o Brasil inteiro entendeu os problemas do setor energético e as pessoas aderiram em massa à redução de consumo. O presidente precisa dar este crédito ao povo. Afinal, o povo deu crédito ao governo quando este pediu que todos economizassem energia — sustentou o senador goiano.

Iris Rezende informou que, em seu estado, de 1,6 milhão de con-



Iris Rezende: "Não conheço uma pessoa sequer que não tenha aderido ao esforço de redução"

sumidores de energia elétrica, 290 mil não obtiveram redução de 20% e a companhia de eletricidade de Goiás anunciou que irá cortar seu consumo por três dias a partir da próxima semana. "E quem só conseguiu economizar 15%, 18%? Estes terão a mesma punição de quem nada economizou? O presidente tem de pensar nas famílias com crianças e pessoas doentes. Não é justo que elas fiquem sem energia. Não conheço uma pessoa sequer que não tenha aderido ao esforço de redução."

Maldaner protesta contra aumento em Santa Catarina

O aumento de 20,78% nas tarifas de energia elétrica determinado pelo governo do estado de Santa Catarina foi objeto do protesto apresentado ontem pelo senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) no Plenário. Maldaner informou que depois dos apelos do governo federal para que a população economizasse energia, o consumo no estado caiu em torno de 20%, o que afetou a arrecadação de impostos no estado, levando o governo a aumentar o preço da energia como forma de compensar as perdas.

A medida, afirmou Maldaner, vai afetar enormemente o setor produtivo e os consumidores de

Santa Catarina. Ele acrescentou que o consumidor que não pagar a conta terá o fornecimento de energia cortado.

Casildo Maldaner comparou a questão do aumento de energia com o reajuste dos salários do funcionalismo público estadual. Relatou que o governo do estado vai repor em parcelas as perdas salariais dos servidores, que estão estimadas em 17,8%.

— Agora, veja o paradoxo: o estado transfere a todos os consumidores, não só aos servidores, não só aos professores, não só aos aposentados, mas transfere a todos os catarinenses, de uma vez só, um aumento de 20,78%. Mas, quando deve, se propõe a pagar

O senador criticou o governador de seu estado, que retornou de uma viagem ao exterior, onde foi oferecer a grupos estrangeiros a Centrais Elétricas de Goiás. "Ele disse em debate político, ao meu lado, que jamais venderia a Celg. No entanto, agora oferece a empresa a empresas multinacionais." Iris Rezende disse temer pelo futuro dos pobres das periferias das cidades, pois "pessoas que dirigem multinacionais não agem com o coração, mas pensando apenas nos lucros — todos sabem que levar energia a pobre não dá retorno financeiro", acrescentou.

Em aparte, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) apoiou o apelo de Iris Rezende e informou que, em Santa Catarina, o governador do estado não admitiu qualquer queda de ICMS sobre o setor elétrico e acabou "conseguindo" um aumento de 20,78% nas tarifas. "Ninguém pensa no povo. Se o consumo de energia cai, eles aumentam a tarifa no mesmo percentual para compensar."



Maldaner: "Existe aí um contra-senso que não se entende, e a sociedade se revolta"

fiado. Existe aí um contra-senso que não se entende, e a sociedade se revolta diante disso — afirmou Maldaner.

O senador Casildo Maldaner observou que se o reajuste das tarifas de energia elétrica fosse realizado de maneira parcelada, de acordo com o poder aquisitivo da população, poderia ser mais aceitável, mas ressaltou que não é o que ocorre em seu estado.



Marluce: governo decidiu livrar Roraima da dependência das termelétricas

Marluce aplaude substituição de usinas em RR

Ao expressar as boas-vindas ao presidente Fernando Henrique Cardoso, que visitará Roraima na próxima segunda-feira, para inaugurar a interligação elétrica entre a usina de Guri, na Venezuela, e a cidade de Boa Vista, capital do estado, a senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) enfatizou que essa medida resultará numa economia anual de US\$ 64 milhões de dólares. A redução será resultante da substituição das usinas termelétricas, que usam derivados de petróleo, pela energia elétrica.

— A população do estado aplaude a visão do governo federal, que decidiu livrar Roraima da dependência das usinas termelétricas. Segundo documento da Eletro-norte, haverá diminuição acentuada nos custos de produção da energia elétrica, beneficiando toda a população — afirmou.

Marluce apelou ao presidente Fernando Henrique para que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), ao fixar os custos finais ao consumidor de Roraima, não deixe de levar em consideração o documento da Eletro-norte afirmando que essa etapa da interligação elétrica atingirá 78% da população de Roraima, cuja expectativa é ver baixar suas tarifas, em função da economia que o país fará em derivados de petróleo, explicou.

Segundo a senadora, isso é apenas o começo, que deverá ser seguido pela dinamização do comércio entre Brasil e Venezuela. "Vamos vender produtos primários de Roraima e eletroeletrônicos da Zona Franca de Manaus, e comprar cimento, ferro, alumínio, adubos, calcário e outros manufaturados", concluiu.

Comissão especial realiza audiência hoje

A comissão especial mista criada para estudar as causas da crise no abastecimento de energia elétrica no país, e propor alternativas para o seu equacionamento realiza audiência pública, a partir

das 9h30, hoje sobre o tema Modelo Estrutural do Setor Elétrico.

A reunião contará com a presença do ex-secretário de Energia do Ministério de Minas e Energia Peter Greiner; do diretor da

organização não-governamental Ilumina, Roberto Pereira; do presidente da Eletrobrás, Cláudio Ávila; e do presidente do Comitê do Mercado Atacadista de Energia Elétrica, Eduardo José Bernini.

Carlos Wilson cobra ações do governo para enfrentar seca

Em viagem pelo interior de Pernambuco, senador viu “imagens que mais parecem fruto de um pesadelo interminável”

O senador Carlos Wilson (PPS-PE) lamentou a falta de vontade política para resolver os problemas nordestinos, particularmente os relativos à seca que afeta o sertão. O parlamentar relatou viagem que fez em julho pelo interior de seu estado, onde viu “imagens que mais parecem fruto de um pesadelo interminável, de uma visão de terror”.

O açude de Boa Vista, segundo ele um dos maiores do Nordeste, tem apenas 500 mil litros d'água, ínfima fração dos 17 milhões de litros que possuía quando foi inaugurado pelo presidente Juscelino Kubitschek, em 1958. O volume atual é insuficiente para alcançar os limites de vazão que permitiriam a distribuição de água pelos 60 quilômetros de canais de irrigação.

O açude fica no município de Salgueiro, onde a situação foi classificada como gravíssima pelo senador. Lá foram perdidas todas as lavouras de arroz de sequeiro, 90% das de feijão e 85% das de milho. De acordo com Carlos Wilson, a situação se repete no Cea-



Para Carlos Wilson, “não é água que falta no sertão, é planejamento e gerenciamento”

rá, Piauí, Paraíba, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Bahia e até no norte de Minas Gerais.

— Não é água que falta no sertão, é gerenciamento e planejamento — sentenciou o senador, acrescentando serem “inúmeros os açudes completamente secos ou sem qualquer possibilidade de utilização, com as águas salinizadas pela incúria dos antigos administradores do DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra a Seca), que simplesmente abandonaram seus postos e largaram máquinas e veículos”.

Carlos Wilson lamentou o aban-

dono das linhas férreas que ligariam Salgueiro a Petrolina, a Fortaleza e ao Recife. Afirmou que as linhas foram vendidas a um consórcio privado que as desativou por serem financeiramente inviáveis.

— Dá para entender, então, por que estes senhores compraram uma ferrovia financeiramente inviável? Que negócio magistral é esse que retira da mão do Estado um equipamento tão complexo como uma ferrovia apenas para desativá-lo? Só mesmo as sombras do programa de privatização do governo Fernando Henrique Cardoso podem explicar esta lógica, que retrata bem seu governo: financeiramente perfeito, mas socialmente um fracasso — afirmou.

O senador salientou que a seca no Nordeste não começou neste governo, mas observou que, antes de se falar em conviver com a seca, “é preciso atentar para questões estruturais como a implantação de uma lavoura perene”.

Carlos Wilson disse que “não se pode tratar da questão do Nordeste de forma tópica, extinguindo alguns órgãos e substituindo outros, ao bel-prazer dos interesses políticos do momento”.

Projeto de Roberto Requião anula condecoração de FHC a Fujimori

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) anunciou em Plenário que pretende apresentar projeto de lei que anula a concessão da medalha da Ordem do Cruzeiro do Sul que o presidente Fernando Henrique Cardoso concedeu ao ex-presidente Alberto Fujimori, do Peru. Para ele, o projeto é uma oportunidade para que o Senado corrija “um dos erros terríveis” do presidente Fernando Henrique, forçando a devolução da medalha.

— Além da medalha, o presidente brasileiro intermediou o asilo político do facinora Montezinos, que recebia da CIA cinco milhões de dólares ao ano sob

o pretexto de combater o tráfico de drogas. Fernando Henrique foi o primeiro presidente do planeta a reconhecer a eleição fraudulenta de Fujimori, que acabou desaguando em sua deposição e fuga para o Japão — comentou.

Roberto Requião comunicou ao Plenário que na próxima quarta-feira (dia 15) a comissão que examina mudanças no voto eletrônico terá encontro com o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para ajustar os últimos detalhes sobre a impressão do voto dado na urna eletrônica. Projeto do senador teve sua tramitação suspensa até que haja acordo com o TSE sobre a mudança.

— Sem a menor sombra de dúvi-

da, as próximas eleições serão mais seguras. E mais: eleições que poderão ser auditadas pelo cidadão comum, dispensando os técnicos. A auditoragem será acessível ao eleitor, o qual terá a certeza de que o voto digitado na urna teve o destino por ele desejado. O eleitor poderá conferir o voto digitado antes de apertar a tecla “confirma”, lançando a seguir o voto na urna indevasável — observou.

Fazem parte da comissão, além de Requião, os senadores Romeu Tuma (PFL-SP), José Eduardo Dutra (PT-SE) e Bello Parga (PFL-MA). Estarão ainda presentes ao encontro no TSE deputados indicados para acompanhar o assunto.

Fundo pode destinar R\$ 1,2 bi para a Amazônia

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) disse ontem que sua proposta de emenda à Constituição que institui o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental, que começa a ser discutida hoje, em segundo turno, no Senado, poderá gerar cerca de R\$ 1,2 bilhão por ano, para serem empregados nos estados do Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia, no período entre 2003 e 2013.

O fundo será formado por um percentual da receita líquida de impostos e contribuições arrecadados pela União no estado do Amazonas, e os recursos financiarão programas sociais nos municípios da região, exceto nas capitais. A proposta, explicou Jefferson Péres, pretende superar o aparente paradoxo entre desenvolvimento e preservação da região.

— O Brasil e o mundo nos exigem que o meio ambiente, principalmente a Floresta Amazônica e seus recursos hídricos, seja preservado. Para que isso ocorra, muitas atividades são proibidas ou restringidas numa área enorme, afetando a população que vivia, tradicionalmente, da exploração desses recursos. Com a PEC, o que pretendemos é criar uma forma compensatória, que assegure o desenvolvimento sustentável da região — argumentou o senador.

Jefferson Péres entende ainda que a constituição do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental poderá contribuir para deter o processo de miserabili-



Jefferson Péres diz que o Brasil e o mundo exigem a preservação da Floresta Amazônica

zação a que está submetido o caboclo amazonense. Esse processo, conforme o senador, torna muito fácil corromper o habitante da Amazônia e envolvê-lo no narcotráfico.

— Diante disso, o nosso objetivo é preservar o meio ambiente, como o mundo nos cobra, e eliminar ou reduzir a exclusão social, inclusive para tornar o interior menos receptivo aos acenos do narcotráfico — disse.

Jefferson Péres ressaltou não temer que os cortes nos gastos do governo, previstos no novo acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), interfiram negativamente na tramitação da PEC. Ele observou que a lei que regulamentará a proposta não será aprovada antes de 2002 e que os efeitos financeiros da emenda só começarão a ocorrer em 2003. Já o acordo com o Fundo termina em dezembro de 2002.



EMBAIXADOR DA BULGÁRIA VISITA LOBÃO

O presidente interino do Senado, Edison Lobão, recebeu na manhã de ontem o embaixador da República da Bulgária no Brasil, Ventsislav Anguelov Ivanov, para audiência classificada pelo diplomata como “visita de cortesia”. No encontro, o embaixador manifestou o desejo de seu país estreitar relações com o Brasil. Lobão disse acreditar nessa aproximação.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Edison Lobão, Antonio Carlos Valadares e Nilo Teixeira Campos e pela senadora Marluce Pinto